



Comunicação Pública e Memória Social: notas sobre uma convergência necessária¹

Jackson da Silva BARBOSA²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP

RESUMO:

Este trabalho aborda a necessidade de se compreender a Comunicação Pública, sobretudo a realizada pelo Estado e/ou Governo, como condição estratégica de construção, articulação e representação da memória social. Considera que a expressão comunicação pública é intimamente ligada ao exercício da cidadania e diz respeito a processos e espaços comunicativos envolvendo o Estado, os diferentes níveis de governo e a sociedade. Defende que, por meio da memória, pode-se refazer, reconstruir e repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências e fatos vivenciados em tempos pretéritos.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública; Memória; Memória Social; Políticas de Comunicação.

Em sua tese de livre-docência, defendida em 1979 na Universidade de São Paulo, a professora Ecléa Bosi afirmava que “o receptor da comunicação de massa é um ser desmemoriado”. Ele “recebe um excesso de informações que saturam sua fome de conhecer, incham sem nutrir, pois não há lenta mastigação e assimilação”. De acordo com Ecléa, a comunicação de massa, classificada como comunicação em mosaico, “reúne contrastes, episódios sem síntese, é a-histórica, por isso é que seu espectador perde o sentido da história” (BOSI, 1994, p. 87). As afirmações da professora, contundentes e absolutamente atuais, estimularam a elaboração do presente artigo. Como o título acima evidencia, este texto não carrega e jamais poderia carregar a pretensão de ser um estudo conclusivo – é, no máximo, uma peça inicial. Se conseguir suscitar algum debate sobre a aproximação entre Comunicação Pública e Memória Social já terá cumprido o seu propósito.

Conceito em construção

A expressão *Comunicação Pública* é usada no Brasil desde a década de 1970, quando começaram os debates sobre as políticas de comunicação e a luta pelo direito à informação. Era encarada como comunicação estatal, com o objetivo de distingui-la ou distanciá-la da comunicação e das narrativas construídas pelas empresas de capital

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação (XXXIV Intercom).

² Doutorando da ECA/USP. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e-mail: jackson.barbosa@mackenzie.br



privado (BRANDÃO, 2009, p. 20). Ao longo dessas décadas, a expressão tem recebido diferentes significados: é identificada com os conhecimentos e técnicas da área de comunicação organizacional, com comunicação científica, comunicação de Estado e/ou governamental, comunicação política e com as inúmeras estratégias de comunicação da sociedade civil. Esta ampla diversidade indica que a expressão ainda não representa um conceito claramente estabelecido. “Houve, portanto, uma ampliação do significado da expressão, na medida em que novos atores começaram a participar ativamente na construção da democracia” (BRANDÃO, 2009, p. 20) e, “pelo menos por enquanto, (...) é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção” (BRANDÃO, 2009, p.1).

As identificações mencionadas acima não são consensuais. Sobretudo porque

uma característica de quase todos os autores da área é o cuidado extremo em citar o que a comunicação pública não é, apesar de ainda não se ter chegado a um acordo sobre o que ela é ou deveria ser. E o foco da atenção da maior parte dos autores é ressaltar que a comunicação pública não é comunicação governamental e diz respeito ao Estado e não ao Governo (BRANDÃO, 2009, p. 15).

Todavia, os partidários da tese de que a *Comunicação Pública* também diz respeito à comunicação do Estado e/ou governamental argumentam que compete ao Estado e aos governos a criação de fluxos informativos direcionados ao exercício da cidadania. Neste caso, a comunicação é tida como *Comunicação Pública* por representar “um instrumento de construção da agenda pública” (BRANDÃO, 2009, p. 5). A *Comunicação Pública* seria, então, “uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público” (BRANDÃO, 2009, p. 5)

Assim entendida, a *Comunicação Pública* promovida pelos governos, em seus diferentes níveis, deve ter a preocupação de “despertar o sentimento cívico”, “proteger e promover a cidadania” e “convocar os cidadãos para o cumprimento dos seus deveres” (BRANDÃO, 2009, p. 5). Dadas as características de seus conteúdos e suas significativas parcelas de públicos, a *Comunicação Pública* concebida pelos governos tem priorizado os meios da chamada grande mídia (BRANDÃO, 2009), canais por onde

circulam informações consideradas importantes e interessantes para a formação da opinião do público sobre



acontecimentos e problemáticas que fazem parte da agenda pública, bem como interpretações sobre esses acontecimentos e problemáticas. Algumas dessas informações dizem respeito ao que certos autores chamam de questões públicas. Elas englobam temas como segurança pública, questão agrária, saúde, ambiente, qualidade de vida, direitos da mulher, alimentação, trabalho infantil, formação de blocos econômicos e muitos outros que dizem respeito à coletividade e, em geral, envolvem tomadas de decisão, transitando, por isso, da agenda pública para as agendas midiática e política (e vice-versa) (MONTEIRO, 2009, p. 41).

Também é oportuno destacar que a expressão *Comunicação Pública* tem causado a substituição de denominações antes largamente utilizadas para classificar as políticas e estratégias de comunicação adotadas por diferentes governos, como comunicação política, comunicação governamental, publicidade governamental ou propaganda política.

A adoção de uma nova terminologia não se dá por acaso, nem é uma questão de modismo, de buscar novos nomes para práticas já consagradas. A substituição dessas terminologias por comunicação pública é resultado da necessidade de legitimação de um processo comunicativo de responsabilidade do Estado e/ou do Governo que não quer ser confundido com a comunicação que se fez em outros momentos da história política do país. Expressões como marketing político, propaganda política ou publicidade governamental têm conotação de persuasão, convencimento e venda de imagem, em suma do que ficou conhecido como “manipulação das massas” (BRANDÃO, 2009, p. 10).

Em 2005, durante o III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisas em Comunicação, realizado em São Paulo, Luiz Gushiken, que ocupava o cargo de Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (Secom), elencou os grandes princípios da *Comunicação Pública* que orientavam, segundo ele, os atos comunicacionais do governo brasileiro naquele período:

o direito do cidadão à informação, como base para o exercício da cidadania; o dever do Estado de informar, zelando pelo conteúdo informativo, educativo e de orientação social daquilo que divulga; a comunicação



pública como instrumento de diálogo, interatividade e envolvimento do cidadão nas políticas públicas e não como instrumento de promoção pessoal dos agentes públicos; a importância da qualidade na comunicação dos serviços públicos e dos valores da ética, transparência e verdade (MONTEIRO, 2009, P. 34).

Em uma espécie de diálogo com os princípios elencados por Luiz Gushiken, aparecem as principais finalidades da comunicação pública em governos democráticos:

responder à obrigação que as instituições públicas têm de informar o público; estabelecer uma relação de diálogo de forma a permitir a prestação de serviço ao público; apresentar e promover os serviços da administração; tornar conhecidas as instituições (comunicação externa e interna); divulgar ações de comunicação cívica e de interesse geral; e integrar o processo decisório que acompanha a prática política (MONTEIRO, 2009, p. 39).

Apesar das muitas identificações de *Comunicação Pública*, pode-se detectar, no entanto, um ponto de convergência entre elas:

é aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania. É com este significado que no Brasil o conceito vem sendo construído, sobretudo por força da área acadêmica que tem direcionado seu pensamento para esta acepção (BRANDÃO, 2009, p. 9).

Na avaliação de alguns autores, a comunicação tida como pública não pode ficar restrita às mensagens que partem de instâncias governamentais em direção aos cidadãos. Para esses autores, a comunicação pública deve ser vista, necessariamente, como um processo que envolve o Estado, os governos e sociedade, porém com a garantia de instauração de um espaço para o debate público (MATOS, 2009, p. 105). Ou seja, é imprescindível que a comunicação pública também assegure a resposta dos cidadãos às iniciativas oriundas das relações entre o Estado e a sociedade (MATOS, 2009, p. 104).

A meu ver, a comunicação pública é também um tipo específico de comunicação política: o poder, os interesses, os temas, os benefícios, os custos, os processos (engajamento e participação), os suportes, tudo isso se refere a todos os atores sociais. Se isso parece ser muito



amplo por um lado (a universalidade do acesso), do ponto de vista político é restritivo: trata-se de privilegiar o interesse público (MATOS, 2009, p. 122).

Este tipo específico de comunicação política, porém, impõe enormes desafios. O primeiro deles é exatamente a viabilização de uma esfera pública ampla e azeitada para a troca de informações.

Se todos os agentes participarem do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação for possível pela existência de uma infraestrutura que materialize a esfera pública, se esses agentes se sentirem aptos e motivados a participarem graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processo do debate forem claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento da *comunicação pública* (MATOS, 2009, p. 131).

Presente sem passado não transforma

A partir desses referenciais, pode-se dizer que não existe a menor dúvida de que é crescente o interesse acadêmico e político pela *Comunicação Pública*. As discussões relacionadas ao tema têm conquistado a adesão de pesquisadores e comunicadores, a quem caberá uma árdua tarefa, pois

as diferentes possibilidades de interpretação do conceito e as lacunas que envolvem a prática de tudo o que atualmente é rotulado como público demonstram a necessidade de pesquisar mais em comunicação pública, de sistematizar os conhecimentos existentes e de se produzirem novos (MONTEIRO, 2009, p. 44).

E entre os novos conhecimentos, deve-se enfatizar a íntima relação/convergência entre *Comunicação Pública* e constituição/articulação da memória, interface que ainda não tem recebido a merecida atenção. A *Comunicação Pública* pode e deve representar uma importante ancoragem para o campo da memória social, porque, sem a valoração mnemônica, o exercício da cidadania jamais será pleno. As reflexões sobre *Comunicação Pública* devem considerar a memória não como um culto ao passado, mas como algo que marca a identidade de alguém e o *habitus* de uma sociedade. Devem dialogar com pensadores como Santo Agostinho, para quem não é adequado falar de passado, presente ou futuro como se fossem tempos distintos, subsequentes ou mesmo



antagônicos. Para ele, seria talvez mais justo dizer que o que existe é o presente dos fatos passados, presente dos fatos presentes e presente dos fatos futuros. O futuro, na concepção agostiniana, não existe agora, como inexiste também um tempo pretérito. O presente do passado é a *memória*, o presente do presente é a *visão* e o presente do futuro é algo com o qual o mundo contemporâneo raramente sabe dialogar, a *espera* (AGOSTINHO, 2004, p. 344).

Em comunhão com Santo Agostinho, há autores que clamam pela presença da memória nos conteúdos divulgados na contemporaneidade, que não pode virar refém daquilo que a mídia classifica como atualidade.

Na contemporaneidade, nós temos a atualidade, mas não só. Qualquer evento da atualidade comporta um trabalho de não atualidade, de raízes histórico-culturais e de tendências projetivas para o futuro. Senão essa narrativa não é transformadora, e sim conservadora. Irá passar os sentidos vigentes da atualidade, sem contribuir, de fato, em termos de diálogo social. Contemporaneidade, portanto, inclui atualidade, passado e futuro (MEDINA, 2008, p. 102).

Os estudos da contemporaneidade consideram que a memória tem, nitidamente, dois momentos bem distintos, classificados por Platão como *conservação de sensações* e *reminiscência*. O primeiro determina que a memória caminhe lado a lado com a conservação de conhecimentos pretéritos. O outro estabelece que, quando e se necessário, os conhecimentos do passado podem tornar-se atuais e presentes. (ABBAGNANO, 1998).

Os estudos ainda estabelecem que,

pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 47).

Além de ser conservado, o passado atua no tempo presente. Primeiramente, o corpo físico mantém guardados certos esquemas comportamentais que aparecem em suas ações sobre as coisas e que podem ser classificados como *memória-hábito* ou memória alimentada por mecanismos motores. Existem, por outro lado, ocorrências de



lembranças que independem de quaisquer hábitos – são lembranças únicas, de caráter isolado, tidas como “autênticas ressurreições do passado” (BOSI, 1994, p. 48).

É preciso afirmar que, muitas vezes, o ato de lembrar não é reviver,

mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1994, p. 55).

Embora muitos tenham uma equivocada impressão de que a lembrança é uma repetição linear do passado, mudanças podem brotar do contexto social, que é um exímio selecionador do passado, preenchendo e configurando o presente (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007).

Na medida em que a memória vai sendo ativada, remetendo àquilo que já aconteceu, o passado torna-se flexível e o presente um fluxo de mudanças constantes. O senso comum, no entanto, costuma pensar o tempo como linear e o passado como fixo e imutável. Afinal, o que já aconteceu – enquanto realidade factual – não pode ser mudado. Mas os acontecimentos jamais são pura factualidade, e mesmo o fato não pode ser entendido a partir de uma perspectiva ingênua, como se tivesse uma realidade autônoma e prévia a sua configuração discursiva e mnemônica (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007, p. 221).

Os estudos sobre memória já conseguiram a consolidação de uma conquista muito importante: acabaram por desfazer a separação entre memória individual e memória coletiva. Consequentemente, a ideia de a memória individual ser totalmente separada da memória social começou a ser vista como algo abstrato e desprovido de significados. Na trilha das consequências desta consolidação, a formação da memória coletiva passou a ser encarada como resultado da comunicação entre os indivíduos (PARADA, 2007). E nos atos de comunicação estabelecidos pelos indivíduos, os meios de comunicação exercem um papel altamente significativo. Eles são decisivos no processo de enquadramento de acontecimentos tanto do presente quanto do passado de um determinado grupo de sujeitos. “É através deles que se realiza a operação da memória



sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar” (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007, p. 222).

O campo da *Comunicação Pública* não pode ignorar o fato de que o Brasil é repleto de desigualdades e de fortes contrastes. Num país assim, as chances de um ator social atuar como cidadão são tímidas e rarefeitas e exigem, inevitavelmente, a valoração da memória. Memória esta que pode ser natural ou artificial - “a natural é aquela inserida em nossas mentes, que nasce ao mesmo tempo que o pensamento. A memória artificial é aquela reforçada e consolidada pelo treinamento” (YATES, 2007, p. 21).

Os gestores e estudiosos da *Comunicação Pública* precisam ter em mente que, em países como o Brasil, quem mais precisa de informação são exatamente aqueles que têm menos acesso aos instrumentos comunicacionais e, quando conseguem acessá-los, nem sempre têm a chance de compreender o seu verdadeiro significado. Talvez esta constatação ajude a transformar a comunicação de Estado e/ou governamental em manifestação menos voltada à grande mídia e com um viés menos publicitário, ou seja, mais comprometida com o exercício da cidadania.

São desafios que se apresentam para os que lidam com *Comunicação Pública* e sua interface com a Memória Social. O mais contundente de todos esses desafios, indiscutivelmente, é fazer com que o mais comum dos sujeitos tenha garantia de acesso às informações e conhecimento suficiente para compreender que a memória é um instrumento indispensável às suas ações como cidadão, afinal a memória é sempre impregnada de um “caráter ativo de deliberação ou de escolha” (ABBAGNANO, 1998, p. 657).

Os que trabalham com comunicação pública, não podem ignorar que os sujeitos sociais estão cotidianamente expostos aos conteúdos da comunicação de massa, a informações que dificilmente manifestam respeito pelos lastros de memória constituídos socialmente.

Nesse sentido, a prática da comunicação pública pode representar um caminho para restabelecer a simetria de poderes nas sociedades democráticas, configurando-se tanto num movimento para dar espaço, na mídia, às diferentes vozes presentes na sociedade para que elas participem do debate político, como também para gerar espaços alternativos, fora da mídia, que permitam a esses grupos sociais formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses (MONTEIRO, 2009, p. 44).



Também não pode ser ignorado que os atos comunicativos são componentes indispensáveis da ação política dos sujeitos sociais, sendo a comunicação pública resultante das vozes organizadas de cidadãos em um determinado meio. Daí ser oportuno reafirmar o fato de que

(...) a comunicação pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública do país (BRANDÃO, 2009, p. 31).

Aproximação necessária

Ao tentar estabelecer uma aproximação entre Comunicação pública e Memória social, este trabalho defende que os conhecimentos produzidos nos dois campos sejam direcionados para um mesmo ponto, numa espécie de diálogo permanente. É uma convergência que parece necessária e primordial. Com ela, a comunicação pública poderá representar, de fato, um caminho para a harmonização e equilíbrio do poder.

Se incentivada, tal convergência pode impulsionar ainda mais a comunicação pública, porque

ao estimular o surgimento de ocasiões que propiciem a participação pública em debates de assuntos de interesse coletivo, ela – de forma diferente das demais modalidades de comunicação (...) – amplia as iniciativas para democratizar o acesso do cidadão à informação, introduz a possibilidade de uma ação de contra-agendamento da mídia por grupos sem voz nesses campos e favorece o estabelecimento de uma parceria público-privado com a pauta jornalística refletindo a pauta social (MONTEIRO, 2009, p. 43).

Se assim ocorrer, talvez o receptor da comunicação de massa passe a ser menos desmemoriado, talvez assimile as informações sem passar por nenhum tipo de inchaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGOSTINHO, Santo. Confissões. São Paulo: Paulus, 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.



BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In DUARTE, Jorge (Org). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Heloiza. Capital social e comunicação: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MEDINA, Cremilda. Epistemologia, práticas e saberes plurais. In KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs). Comunicação: saber, arte ou ciência?. São Paulo: Plêiade, 2008.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In DUARTE, Jorge (Org). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

PARADA, Maurício. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves. Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves. Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

YATES, Frances A. A arte da memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.